

Importações vão aumentar 22%

Delfim garante à CPI da dívida que indústria cresce mais em 85

EXTERNA

As importações do setor privado podem aumentar 22 por cento este ano, disse o ministro-chefe da Seplan, Delfim Netto, em depoimento que encaminhou no início desta semana à CPI da Dívida Externa e do Acordo FMI-Brasil, e que hoje foi liberado pela Câmara dos Deputados. Este aumento das importações este ano será, segundo Delfim Netto, ainda maior nos próximos anos, o que ele considera como um fator importante para que "os novos investimentos privados não venham a criar uma demanda por importações que não possa ser viabilizada".

No documento encaminhado à CPI da Dívida Externa, o ministro Delfim Netto, demonstrando cautela, não fala em desenvolvimento econômico neste ano, o que contraria a expectativa reinante dentro do próprio Governo e na iniciativa privada. Fazendo menção a dados de "um estudo recente", o ministro-chefe da Seplan acena com a volta de uma trajetória de desenvolvimento da economia, a partir do ano que vem. Sempre apoiando-se nesse trabalho — elaborado, segundo explica, "nos moldes usualmente adotados tanto pelos meios acadêmicos como pelas equipes técnicas do Governo" —, o Ministro do Planejamento diz que a indústria brasileira "poderia crescer 3 por cento em 1985, chegando a 6 por cento em 1987 e mantendo um crescimento de 7 por cento, a partir de 1989".

Esses números, segundo Delfim Netto, seriam gerados dentro de um cenário com taxas de juros internacionais reais acima das historicamente observadas anteriormente à crise financeira de 1982, uma elevação persistente dos preços do petróleo em termos reais, um crescimento moderado das trocas comerciais internacionais, um ritmo bastante conservador de crescimento dos investimentos externos no Brasil e nenhum ganho nos termos de troca do Brasil.

"Estes resultados seriam compatíveis com a anulação do déficit em transações correntes no final desta década. Durante todo o período, as necessidades de novos empréstimos são mantidas a níveis toleráveis e cessam de existir por volta de 1990. A relação entre o serviço da dívida e exportação cai de 77 por cento, em 84, para 60 por cento em 1990, atingindo 45 por cento em 1993", assinala o ministro do Planejamento em seu depoimento enviado à Câmara

dos Deputados. Delfim Netto, como se sabe, não compareceu, por ter viajado aos Estados Unidos, à CPI da Dívida Externa daquela Casa, que o tinha convocado para a sessão do último dia 10. "Estudos mais conservadores, que admitem uma taxa de crescimento da produção industrial de 4 por cento ao ano, concluem que em 1987 o déficit em transações correntes já seria nulo" — acrescenta Delfim Netto.

O ministro-chefe da Seplan diz que as respostas do setor industrial exportador e do setor agrícola "aos estímulos concedidos pelo Governo" já vêm permitindo viabilizar o inicio de uma recuperação econômica, "ainda que tímida, mas certamente duradoura e generalizando-se progressivamente".

Delfim Netto reafirma a orientação da política econômica, explicando que os sintomas de recuperação das atividades no setor demonstram que "existe uma trajetória de desenvolvimento sustentado, com progressiva redução da dependência externa e sem a ruptura com os compromissos assumidos pelo Brasil com o sistema financeiro internacional".

"O Governo acredita que, dada a nova realidade econômica internacional, só poderemos nos considerar em rota de ajustamento estrutural se conseguirmos ao mesmo tempo crescer o PIB e pagar parcelas crescentes dos juros referentes à dívida acumulada", assinala Delfim Netto, acrescentando, a seguir, que "hoje, há consenso de que, mesmo sob hipóteses razoavelmente pessimistas, a condução adequada da sua política econômica permitirá ao Brasil obter um desenvolvimento significativo, ao mesmo tempo em que ordena suas contas externas".

O ministro Delfim Netto diz, ao final do seu depoimento escrito, que o Governo está engajado "num programa ambicioso de ajustamento estrutural (da economia brasileira à realidade da economia internacional) e que impõe, no curto prazo, pesados sacrifícios à sociedade brasileira". Ele fala da determinação do ministério econômico em sustentar essa orientação, explicando que isso "decorre da constatação de que se trata de um programa consistente e que trilha o caminho mais rápido, senão o único, para chegarmos a uma economia reestruturada e preparada para um crescimento sustentável nas próximas décadas".